

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE DIREITO

Este processo é regido pelo Regulamento do Processo Seletivo nº 01/2013 para Contratação de Estagiários Remunerados de Nível Superior na Área de Direito publicado no Boletim de Serviço nº 322, de 08 de fevereiro de 2013, da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Orientações

Caro (a) Candidato (a),

- Você está recebendo uma PROVA OBJETIVA, composta por CINQUENTA questões de Língua Portuguesa e Conhecimentos Específicos.
- Cada questão contém os itens de “a” até “d” para resposta e o candidato deverá ler atentamente o comando para assinalar o item que entender tratar-se da resposta correta, tendo apenas uma para cada questão.
- Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- A duração da prova é de 03 (TRÊS) HORAS, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
- Somente poderá levar o caderno de provas o candidato que permanecer em sala até o final do tempo total estabelecido.
- Use caneta esferográfica azul ou preta. Marcações ou transcrições a lápis não serão consideradas.
- As respostas devem ser necessariamente transpostas para a folha de respostas fornecida, que será utilizada para fins de correção.
- Não será permitida consulta a qualquer material, bem como a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de aparelhos eletrônicos, livros, anotações, etc.
- A constatação de consulta ou uso de qualquer equipamento eletrônico durante a aplicação da prova implicará a anulação da prova do candidato e sua eliminação do certame.
- Será eliminado o candidato que obtiver aproveitamento inferior a 50% (cinquenta por cento) do total da pontuação da prova objetiva.
- O gabarito preliminar será divulgado no portal eletrônico da Defensoria Pública do DF (www.defensoria.df.gov.br) a partir das 18h do dia 12/03/2013.
- Os recursos poderão ser interpostos a partir das 9h00 até as 17h00min do dia 13/03/2013.
- O resultado final será divulgado no sítio eletrônico do CIEE e da Defensoria Pública do DF no dia 01/04/2013.

Brasília, DF, 11 de março de 2013

Para responder as questões de 01 a 05 considere o texto a seguir:

A Teoria Unificada

Os físicos vivem atrás de uma teoria unificada do Universo que explique tudo. Todo o mundo persegue a tal teoria unificada, ou unificadora, por trás de tudo. Só varia o tudo de cada um. As religiões têm suas teorias unificadas: são suas teologias. Diante de um religioso convicto você está diante de alguém invejável, alguém que tem certeza, que chegou na frente da ciência e encerrou a sua busca. A ciência e as grandes religiões monoteístas começaram da mesma diversidade – os deuses semi-humanos e convivas da Antiguidade, as deduções empíricas da ciência primitiva – e avançaram, com a mesma avidez, do complicado para o simples, do diverso para o único. Só que o monodeus da ciência ainda não mostrou a sua cara.

A teoria unificadora não requer esforço, é justamente um pretexto para não pensar. (...) No fundo, o que nos atrai não é a explicação unificadora. Pode ser a teoria mais fantástica, não importa. O que nos atrai é a simplicidade. O melhor de tudo é a desobrigação de pensar.

(Luis Fernando Veríssimo, **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 59-60)

1. O escritor Luis Fernando Veríssimo, com o humor que caracteriza seus textos, justifica a busca de uma teoria unificada:

- (a) pela liberdade que os homens pretendem desfrutar em suas formulações particularizadas sobre a vida.
- (b) pelo postulado do menor esforço, já que a unificação implica uma simplificação da totalidade.
- (c) pela inspiração que as ciências primitivas constituíram para a evolução das religiões monoteístas.
- (d) pelo postulado do menor esforço, de que resultam as deduções empíricas das ciências primitivas.

2. Da leitura do texto deduz-se que, para o autor:

- (a) as teologias, ao contrário dos estudos científicos, já estabeleceram uma teoria unificadora.
- (b) as religiões que cultuavam os deuses semi-humanos deram lugar aos estudos físicos que perseguem uma teoria unificada.
- (c) a desobrigação de pensar foi a principal razão para que os homens da Antiguidade cultuassem tantos deuses.
- (d) os físicos espelham-se nos teólogos a cada vez que buscam formular uma teoria unificada do universo.

3. Deve-se entender por “deduções empíricas da ciência primitiva” o que os antigos deduziam a partir:

- (a) da imaginação mais fantasiosa e mais especulativa.
- (b) da aplicação de métodos pragmáticos e objetivos de observação.
- (c) de suas experiências e das observações da realidade imediata.
- (d) das religiões arcaicas que sistematizavam a compreensão do mundo.



4. A teoria unificada é uma velha obsessão humana, buscam a teoria unificada tanto os físicos como os teólogos, todos veem a teoria unificada como a meta final do conhecimento, todos atribuem à teoria unificada a virtude de uma totalização definitiva.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados por, respectivamente:

- (a) buscam-lhe - veem-na - lhe atribuem
- (b) buscam-na - veem-lhe - atribuem-lhe
- (c) a buscam - veem-na - atribuem-na
- (d) buscam-na - a veem - lhe atribuem

5. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (a) O que aos físicos e religiosos _____ (**importar**) são as vantagens de um conhecimento que propicie a visão unificada do mundo.
- (b) Embora não se _____ (**dever**) às primeiras deduções empíricas o avanço da ciência atual, elas não deixaram de traduzir a ânsia de conhecimento.
- (c) É comum que se _____ (**atribuir**) aos cientistas a tarefa de elucidar os grandes enigmas do Universo.
- (d) O maior dos desafios que se _____ (**propor**) a enfrentar os cientistas é uma teoria unificadora do Universo.

6. Extin_ão / conce_ão / suspen_ão / ob_ecar / can_ado. Para completar corretamente as palavras acima, usam-se respectivamente:

- (a) c - ç - s - sc - s
- (b) ç - ss - s - c - s
- (c) ç - ss - s - sc - s
- (d) s - c - ç - s - ç

7. As palavras após e órgãos são acentuadas por serem, respectivamente:

- (a) paroxítona terminada em “s” e proparoxítona
- (b) oxítona terminada em “os” e paroxítona em ditongo nasal seguido de “s”
- (c) proparoxítona e paroxítona terminada em “s”
- (d) monossílabo tônico e oxítona terminada em “o” seguido de “s”

8. O sentido das palavras não está corretamente indicado nos parênteses em:

- (a) distratar (maltratar com palavras) / destratar (rescindir pacto ou contrato)
- (b) deferimento (aprovação) / diferimento (adiamento)
- (c) comprido (extenso em sentido longitudinal) / cumprido (realizado)
- (d) descente (que desce; vazante) / decente (adequado; apropriado)

9. Nas palavras poliglota, tecnocracia, acrópole, demagogo e geografia encontramos elementos que têm as seguintes significações, respectivamente:

- (a) garganta – ciência – cidade – conduzo – terra
- (b) língua – governo – civilização – enganar – terra
- (c) muitas – deus – alto – povo – planeta



(d) língua – governo – alto – povo – terra

10. Assinale a alternativa correta:

- (a) Mostraram-me cinco livros. Comprei todos cinco.
- (b) Mostraram-me cinco livros. Comprei todos cinco livros.
- (c) Mostraram-me cinco livros. Comprei todos os cinco.
- (d) Mostraram-me cinco livros. Comprei a todos cinco livros.

11. Chegaram várias cartas, mas não havia nenhuma para _____. Não é tarefa para _____ desenvolver este tema. Este tema não é tarefa para _____ desenvolver, por enquanto. É mais fácil para _____ acreditar nessa estória do que para ele.

- (a) mim – eu – mim – eu
- (b) mim – mim – eu – mim
- (c) eu – eu – mim – mim
- (d) eu – eu – eu – eu

12. A opção em que a forma verbal está correta é:

- (a) Se pores tudo em ordem, ficarei satisfeito.
- (b) O superior interveio na discussão, evitando a briga.
- (c) Não se premiam os fracos que só obteram derrotas.
- (d) Se a testemunha depor favoravelmente, o réu será absolvido.

13. Havia pobres e ricos na festa de ontem.

Na frase, o verbo está no singular porque:

- (a) A concordância é facultativa.
- (b) Há um erro de concordância.
- (c) O sujeito é indeterminado.
- (d) É impessoal.

14. Observe a regência verbal e assinale a alternativa correta:

- (a) O escravo ama e obedece o seu senhor.
- (b) O livro que te referiste é excelente.
- (c) Ele não aceitou as teses que defendemos na reunião.
- (d) Não tenham dúvidas que ele vencerá.

15. Assinale a opção cujos elementos preenchem corretamente as lacunas do texto seguinte:

Vamos informar ____ V. S^a que durante os trabalhos da Comissão Especial seus integrantes estarão sujeitos ____ mesmas normas que regulamentam as diretrizes das outras e que ____ conclusões devem retornar ____ mesa do conselho no prazo estabelecido para serem analisadas e encaminhadas ____ todas as secretarias com a máxima urgência. O acesso aos resultados é liberado ____ quem possa interessar.

- (a) à – às – as – a – a – à
- (b) à – às – às – a – à – a
- (c) a – as – às – à – à – a

(d) a – às – as – à – a – a

16. Assinale a opção gramaticalmente correta:

- (a) Encaminhamos, anexo, cópia do ofício, para exame e pronunciamento.
- (b) Encaminhamos, em anexo, cópia do ofício, para exame e pronunciamento.
- (c) Encaminhamos, anexa, cópia do ofício, para exame e pronunciamento.
- (d) Encaminhamos cópia, anexo, do ofício para exame e pronunciamento.

17. Assinale a alternativa correta quanto à pontuação:

- (a) Foi assim, que Nassau a partir de Recife, dirigiu as terras e a população.
- (b) Foi assim que, a partir de Recife Nassau dirigiu as terras e a população.
- (c) Foi assim que Nassau dirigiu, a partir de Recife as terras e a população.
- (d) Foi assim que, a partir de Recife, Nassau dirigiu as terras e a população.

18. Assinale a frase em que o emprego de senão/se não, está errado:

- (a) Não sabia outra coisa se não bordar.
- (b) Eles eram concorrentes, se não inimigos.
- (c) Isto não cabe a mim, senão a ele.
- (d) Se não vierem todos, ficaremos aqui.

19. “Não se veem pessoas neste recinto.”

A palavra destacada na frase acima é classificada como pronome:

- (a) indeterminador do sujeito
- (b) relativo
- (c) apassivador
- (d) reflexivo

20. Analise sintaticamente o pronome reflexivo em destaque:

O caçador medicou-se.

- (a) sujeito
- (b) objeto direto
- (c) objeto indireto
- (d) complemento nominal

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. O poder constituinte reformador manifestado por meio de emendas

- (a) permite que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada seja objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que por iniciativa da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- (b) tem por características ser inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- (c) pode ser iniciado por meio das mesas das assembleias legislativas.

(d) exige, no âmbito federal, que a proposta seja discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambas, três quintos dos votos dos respectivos membros.

22. Aponte a seguir a alternativa que se constitui em norma constitucional considerada pela doutrina como de eficácia limitada:

(a) “A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juízes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede.” (art. 107, § 1º)

(b) “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.” (art. 5º, XIII)

(c) “Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.” (art. 5º, VII)

(d) “Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.” (art. 5º, XXVII)

23. O art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 enumera, como seus fundamentos, EXCETO:

(a) Cidadania.

(b) Igualdade entre os Estados.

(c) Dignidade da pessoa humana.

(d) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

24. A Constituição da República é rígida porque

(a) contém cláusulas pétreas.

(b) a elaboração de emendas à Constituição envolve procedimentos e requisitos específicos que tornam a modificação do texto constitucional mais difícil que a alteração da legislação ordinária ou complementar.

(c) é necessário maioria qualificada para realizar alteração do texto constitucional.

(d) o exercício do poder constituinte derivado restou limitado ao período de revisão constitucional.

25. Com relação à interpretação e à aplicação da Constituição, assinale a opção correta.

(a) No sistema constitucional brasileiro, não se admite a declaração de inconstitucionalidade de lei sem redução de texto.

(b) No sistema brasileiro, a existência de hierarquia entre normas da própria Constituição permite a declaração da inconstitucionalidade de uma norma da Constituição por violação a outra nela também prevista.

(c) Na hipótese de o Estado não produzir os atos legislativos e administrativos necessários à efetivação de direitos constitucionais, é possível exigir a sua ação positiva com fundamento no princípio da supremacia da Constituição.

(d) No sistema brasileiro não se admite a declaração de inconstitucionalidade de proposta de emenda constitucional que tenha por objeto a abolição de normas e princípios nela previstos, qualquer que seja a matéria.

26. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

(a) Tanto na ação direta de inconstitucionalidade como na ação declaratória de constitucionalidade, as decisões do STF possuem força vinculante em relação aos demais tribunais e à administração pública federal, independentemente de a decisão ter sido sumulada.

(b) Os tribunais de justiça nos estados podem desempenhar o controle abstrato e concentrado de leis estaduais e municipais diretamente em face da CF.

(c) O STF é o único órgão competente para desempenhar o controle incidental de constitucionalidade no Brasil.

(d) Na ação direta de inconstitucionalidade, quando o relator indefere, sob qualquer fundamento, pedido de liminar, é admissível a utilização da reclamação contra essa decisão.

27. De acordo com a CF, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previsto na CF, assinale a opção correta.

(a) Os direitos fundamentais não são assegurados ao estrangeiro em trânsito no território nacional.

(b) Como decorrência da inviolabilidade do direito à liberdade, a CF assegura o direito à escusa de consciência, desde que adstrito ao serviço militar obrigatório.

(c) É admitida a interceptação telefônica por ordem judicial ou administrativa, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

(d) O duplo grau de jurisdição, no âmbito da recorribilidade ordinária, não consubstancia garantia constitucional.

28. A respeito do catálogo de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

(a) A Constituição assegura o direito de permanecer calado apenas ao preso, quando interrogado por autoridade policial.

(b) As provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis apenas nos processos criminais, podendo ser utilizadas sem restrições nos processos judiciais cíveis e administrativos.

(c) Por força do princípio da presunção de inocência, a prisão do réu decretada por juiz anteriormente à condenação transitada em julgado terá sempre natureza cautelar.

(d) É possível a criação de tribunal de exceção para julgar crimes de terrorismo, na forma da lei.

29. Assinale a opção incorreta acerca dos remédios constitucionais.

- (a) A ação popular só pode ser proposta de forma repressiva, sendo incabível, assim, sua proposição antes da consumação dos efeitos lesivos de ato contra o patrimônio público.
- (b) No *habeas data*, o direito do impetrante de receber informações constantes de registros de entidades governamentais ou de caráter público é incondicionado, não se admitindo que lhe sejam negadas informações sobre sua própria pessoa.
- (c) O mandado de segurança pode ser proposto tanto contra autoridade pública quanto contra agente de pessoas jurídicas privadas no exercício de atribuições do poder público.
- (d) Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano têm legitimação ativa para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

30. A respeito da garantia constitucional do acesso ao Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (a) De acordo com posição consolidada do Supremo Tribunal Federal, não ofende a garantia de acesso ao Poder Judiciário a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial no qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário
- (b) É assegurado a todos, mediante pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (c) O Poder Judiciário admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas paralelamente às ações movidas nas instâncias da justiça desportiva.
- (d) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. A respeito da vigência, aplicação, eficácia e interpretação da lei, assinale a opção correta.

- (a) A derrogação torna sem efeito uma parte de determinada norma, não perdendo esta a sua vigência.
- (b) A interpretação da norma presta-se a preencher as lacunas existentes no sistema normativo.
- (c) O regime de bens obedece à lei do país em que for celebrado o casamento.
- (d) Em regra, caso a lei revogadora venha a perder a vigência, restaura-se a lei revogada.

32. A respeito do fato jurídico, assinale a opção correta.

- (a) A decadência extingue a pretensão e, por via oblíqua, o direito.
- (b) Pode haver renúncia à prescrição antes da consumação do respectivo prazo, desde que não haja prejuízo a terceiros.
- (c) Ato jurídico em sentido estrito é o que surge como mero pressuposto de efeito jurídico preordenado pela lei sem função e natureza de autorregulamento.



(d) O negócio jurídico, ato independente da vontade humana, produz efeitos jurídicos, criando, modificando ou extinguindo direitos.

33. São espécies de regime de bens admitidos no Código Civil Brasileiro, exceto.

- (a) comunhão parcial.
- (b) comunhão universal.
- (c) divisão unilateral.
- (d) participação final nos aquestos.

34. Classificam-se como pessoas jurídicas de direito privado, exceto.

- (a) associações.
- (b) sociedades.
- (c) fundações.
- (d) autarquias.

35. Em relação aos alimentos, assinale a alternativa correta.

- (a) Somente são devidos na linha ascendente.
- (b) Uma vez fixados judicialmente, jamais poderão ser revistos.
- (c) São devidos reciprocamente entre ascendentes e descendentes.
- (d) São fixados unicamente em função das necessidades do alimentando.

36. A respeito da capacidade processual, assinale a opção correta.

- (a) Atualmente, não existe hipótese em que um cônjuge precise de autorização do outro para propor ação judicial.
- (b) Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- (c) Se os interesses do incapaz colidirem com os do representante legal, será dispensável a representação, a critério do juiz.
- (d) A sociedade sem personalidade jurídica será representada em juízo por qualquer dos sócios.

37. Proposta a ação, o pedido formulado pelo autor somente poderá ser alterado:

- (a) Até a citação, necessariamente com a concordância do réu.
- (b) Até a citação, independentemente da concordância do réu.
- (c) Após a contestação, necessariamente com a concordância do réu.
- (d) Até a contestação e após a citação, independentemente da concordância do réu.

38. Assinale a opção correta no que se refere à extinção do processo:

- (a) Havendo o reconhecimento da prescrição, o processo é extinto sem julgamento do mérito.
- (b) A desistência da ação, bem como a renúncia do direito, acarretam a extinção do processo sem julgamento de mérito.
- (c) A existência de coisa julgada anterior acarreta a extinção do processo com julgamento de mérito

(d) A extinção do processo sem julgamento de mérito acarreta a coisa julgada formal.

39. Acerca dos efeitos da decadência, prescrição, citação e revelia, assinale a opção correta.

(a) O réu pode ser revel, sem que venha a sofrer os efeitos da revelia.

(b) A dispensa de intimação do réu revel sem patrono constituído nos autos tipifica efeito material da revelia.

(c) Reconhecia a decadência ou a prescrição, a petição inicial será indeferida e o processo, extinto, sem julgamento do mérito.

(d) A prevenção do juízo tipifica efeito material de citação.

40. Acerca dos recursos cíveis, assinale a opção correta.

(a) A interposição do recurso munido de efeito suspensivo prolonga a ineficácia da decisão recorrida, salvo se o relator suspender tal efeito.

(b) O órgão judicial *ad quem*, ao concluir o exame do mérito recursal, deve julgar admissível ou inadmissível o recurso interposto.

(c) A divergência entre julgados do mesmo tribunal enseja a interposição de recurso especial.

(d) A possibilidade da interposição cumulativa de recursos ofende o princípio da unicidade do recurso.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

41. Acerca dos princípios que limitam e informam o Direito Penal, assinale a afirmativa correta.

(a) O princípio da insignificância diz respeito aos comportamentos aceitos no meio social.

(b) A conduta da mãe que autoriza determinada enfermeira da maternidade a furar a orelha de sua filha recém-nascida não configura crime de lesão corporal por conta do princípio da adequação social.

(c) O princípio da legalidade não se aplica às medidas de segurança, que não possuem natureza de pena, tanto que somente quando a elas se refere o art. 1º do Código Penal.

(d) O princípio da lesividade impõe que a responsabilidade penal seja exclusivamente subjetiva, ou seja, a conduta penalmente relevante deve ter sido praticada com consciência e vontade ou, ao menos, com a inobservância de um dever objetivo de cuidado.

42. Acerca da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta.

(a) Se um funcionário público a serviço do Brasil, na Itália, praticar, naquele país, crime de corrupção passiva (art. 317 do Código Penal), ficará sujeito à lei penal brasileira em face do princípio da extraterritorialidade.

(b) Na ocorrência de sucessão de leis penais no tempo, não será possível a aplicação da lei penal intermediária mesmo se ela configurar a lei mais favorável.



(c) As leis penais temporárias e excepcionais são dotadas de ultratividade. Por tal motivo, são aplicáveis a qualquer delito, desde que seus resultados tenham ocorrido durante sua vigência.

(d) O ordenamento jurídico-penal brasileiro prevê a combinação de leis sucessivas sempre que a fusão puder beneficiar o réu.

43. Assinale a opção correta acerca do direito penal.

(a) O crime de extorsão é considerado crime de mera conduta e se consuma independentemente de o agente auferir a vantagem indevida almejada.

(b) O crime de cárcere privado constitui espécie de delito instantâneo.

(c) O princípio da consunção pressupõe a existência de um nexo de dependência das condutas ilícitas, para que se verifique a possibilidade de absorção da menos grave pela mais danosa.

(d) Nos delitos instantâneos de efeitos permanentes, a atividade criminosa se prolonga no tempo, tendo o agente a possibilidade de cessar ou não a sua conduta e seus efeitos.

44. Com relação ao dolo e à culpa, assinale a opção correta.

(a) A conduta culposa poderá ser punida ainda que sem previsão expressa na lei.

(b) Caracteriza-se a culpa consciente caso o agente preveja e aceite o resultado de delito, embora imagine que sua habilidade possa impedir a ocorrência do evento lesivo previsto.

(c) Caracteriza-se a culpa própria quando o agente, por erro de tipo inescusável, supõe estar diante de uma causa de justificação que lhe permite praticar, licitamente, o fato típico.

(d) Considere que determinado agente, com intenção homicida, dispare tiros de pistola contra um desafeto e, acreditando ter atingido seu objetivo, jogue o suposto cadáver em um lago. Nessa situação hipotética, caso se constate posteriormente que a vítima estava viva ao ser atirada no lago, tendo a morte ocorrido por afogamento, fica caracterizado o dolo geral do agente, devendo este responder por homicídio consumado.

45. Sobre o inquérito policial é correto afirmar:

(a) suas conclusões vinculam o membro do Ministério Público.

(b) é indispensável para efeito de oferecimento da denúncia.

(c) é peça meramente informativa e de natureza administrativa, cujas irregularidades não contaminam a ação penal.

(d) uma vez arquivado, as investigações não podem ser reabertas, mesmo que surjam novas provas ou evidências.

46. Assinale a opção correta com base na legislação penal.

(a) O agente que mata alguém, sob o domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima, está legalmente acobertado pela excludente da legítima defesa.

(b) Não pratica crime ou contravenção penal o agente que, no intuito de provocar alarme, afirma, inveridicamente, que há uma bomba em determinado prédio.

(c) Pratica o crime de sequestro em concurso formal com furto o agente que, no intuito de obter senha de cartão bancário, priva a vítima de liberdade e, obtendo êxito, a liberta.

(d) Pratica o crime de latrocínio o agente que subtrai uma bolsa mediante violência a pessoa, em face da qual resulta morte da vítima.



47. Assinale a opção correta de acordo com o CPP.

- (a) Caso a autoridade policial tome conhecimento da prática de infração penal, ela deve averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, bem como quaisquer outros elementos que contribuirão para a apreciação do seu temperamento e caráter.
- (b) Com a aplicação imediata da lei processual penal, os atos realizados sob a vigência da lei anterior perdem sua validade.
- (c) A lei processual penal não admite interpretação extensiva.
- (d) Caso a autoridade policial tome conhecimento de um crime de ação penal privada, ela poderá instaurar, de ofício, o inquérito policial.

48. Acerca do princípio da inocência, assinale a opção correta.

- (a) Com a decisão de pronúncia, que reconhece a existência de crime e indícios de autoria, o nome do réu pode ser incluído no rol dos culpados.
- (b) A restrição à liberdade antes da sentença definitiva deve ser admitida sempre que se verificar o *fumus boni iuris*, independentemente da existência de *periculum in mora*.
- (c) O juiz deve ter plena convicção de que o acusado é responsável pelo delito, bastando a dúvida a respeito da sua culpa para absolvê-lo.
- (d) O réu tem o dever de provar sua inocência e cabe ao acusador apresentar indícios de autoria e materialidade.

49. Constitui-se em causa excludente de ilicitude, exceto:

- (a) inimputabilidade.
- (b) Estado de necessidade.
- (c) Legítima defesa.
- (d) Estricto cumprimento do dever legal.

50. Acerca do instituto da prisão, assinale a opção incorreta.

- (a) A prisão temporária não pode ser decretada de ofício e somente tem cabimento durante o inquérito policial.
- (b) As hipóteses legais para a decretação da prisão preventiva, incluem a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e o ódio público.
- (c) Nos crimes de menor potencial ofensivo, em regra, não são admitidas a lavratura de auto de prisão em flagrante nem a imposição de fiança quando o autor do fato for encaminhado ao juizado.
- (d) A prisão penal é a que ocorre após uma sentença penal condenatória transitada em julgado e admite, preenchidos os requisitos legais, o livramento condicional.